

**Tecnologia, inovação e sustentabilidade:
50 anos de Cursos de Tecnologia no Brasil.**

Tecnologias Assistivas na concepção do docente de ensino técnico profissionalizante em uma unidade da modalidade no Estado de São Paulo

Andrea Ramos¹, Roberto Kanaane²

Resumo – Este trabalho apresenta a concepção do docente de educação profissional sobre as tecnologias assistivas para atendimento da pessoa com deficiência em uma unidade de ensino técnico profissionalizante de São Paulo. Tem o propósito de investigar o emprego e a importância de uso. A abordagem utilizada foi a pesquisa exploratória concomitantemente com bibliográfica, bem como a utilização de questionários como método. Obteve-se como resultado o desconhecimento do termo, a falta de treinamento e capacitação, embora ministrem aulas para pessoa com deficiência. O que se pode concluir, refere-se a precariedade de formação adequada. Fundamenta-se em conceitos de inclusão, na classificação e no uso das tecnologias assistivas na educação.

Palavras-chave: educação profissional - inclusão - tecnologias assistivas

Abstract - This paper presents the professional education teacher's conception of assistive technologies to assist people with disabilities in a vocational technical education unit in São Paulo. It is intended to investigate employment and the importance of use. The approach used was the exploratory research concomitantly with the literature, as well as the use of questionnaires as a method. The result was lack of knowledge of the term, lack of training and qualification, although they teach classes for people with disabilities. What can be concluded refers to the precariousness of proper training. It is based on concepts of inclusion, classification and use of assistive technologies in education.

Keywords: vocational education - inclusion - assistive technologies

1. Introdução

Na contemporaneidade da sociedade atual com o desenvolvimento e o uso crescente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), bem como a globalização de um mundo sem fronteiras, o indivíduo transforma-se constantemente alterando sua visão de mundo, sua identidade e principalmente seus valores.

Tem-se então de acordo com Moran (2011, p. 49) que “todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana”.

Contudo, de acordo com a história e segundo Barreto & Barreto (2014, p. 13) desde de o início dos tempos, na época das sociedades primitivas de subsistência a pessoa com deficiência estava a margem da participação comunitária, pois no período das cavernas o próprio grupo abandonava o deficiente a própria sorte para não prejudicar os demais. Na antiguidade, em Esparta os deficientes eram exterminados, em Atenas segregados, em Roma explorados em shows de entretenimento e também com prostituição. Na Idade Média eram encarcerados, seguindo preceitos cristãos da sociedade da época. Com a saída das trevas do obscurantismo para a luz da ciência, a partir do século XVI mudanças socioculturais fazem com que o deficiente passe a ter locais de atendimento específicos, ainda uma cultura segregacionista e muito longe do ideal da inclusão e do respeito a pessoa com deficiência. No entanto, a ciência continuava a se desenvolver, e do século XVIII ao século XIX a pessoa com deficiência passa a ser tratada um problema da medicina.

Entretanto, o desenvolvimento da ciência continua e as tecnologias evoluem, surge a internet, a globalização, as redes de informação, e com elas as estruturas identitárias das sociedades modificaram-se, os valores e crenças existentes transformam-se possibilitando a pessoa com deficiência fazer parte da comunidade e a educação corresponde a uma forma de inclusão desta parcela da sociedade.

Segundo Valle (2016, p. 17):

o acesso à educação, compreendido aqui como acesso à aprendizagem, deve ser visto como ferramenta para a efetivação do Direito Fundamental à Educação, além de estar diretamente relacionado à dignidade da pessoa humana, uma vez que ler, escrever, se expressar, contar são ações básicas no cotidiano de qualquer indivíduo e estar à margem dessas ações é encontrar-se em situação indigna e excludente. A ausência de uma escola verdadeiramente inclusiva acaba por excluir parcela da sociedade do direito à educação.

De acordo com Mantoan & Santos (2010, p. 9) “a defesa da inclusão, como uma nova perspectiva educacional nas escolas públicas e privadas, tem como objetivo o acolhimento de todos os alunos em suas especificidades”.

Ademais, tem-se no Brasil segundo o último censo demográfico divulgado pelo IBGE 45,6 milhões de pessoas que declararam ter pelo menos um tipo de deficiência, constituindo 23,9% da totalidade da população brasileira em 2010. Sendo assim, se afere que a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade brasileira constitui-se tema atual e relevante, bem como, o papel do docente, na inclusão do aluno deficiente em sala de aula, e em sua aprendizagem, assim como no uso das tecnologias assistivas.

Em função do exposto tem-se como problema de pesquisa: Qual a concepção do docente de ensino profissional sobre tecnologias assistivas para a inclusão da pessoa com deficiência?

O objetivo deste trabalho é identificar as contribuições das tecnologias assistivas na inclusão da pessoa com deficiência na educação profissional sob a ótica do docente, além de identificar seu uso e investigar seu emprego.

2. Referencial Teórico

Desde 6 de julho de 2015 com a promulgação da Lei. 13.146, nomeada como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conhecida também como Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Brasil possui uma das leis mais avançadas sobre a inclusão da pessoa com deficiência.

Segundo a lei, no 2º artigo (BRASIL, 2015):

considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Quanto ao tipo as deficiências podem ser caracterizadas como: física, auditiva, visual, mental e múltipla, que se constitui com a associação de mais de uma deficiência.

Conforme dados da **Cartilha do Censo 2010 Pessoas com Deficiência**, divulgados pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e coletados pelo IBGE, do total de 23,9% da população brasileira que se declara como deficiente, 18,6% das ocorrências referem-se à deficiência visual, 7% deficiência motora, 5,10% deficiência auditiva e 1,40% deficiência mental ou intelectual.

A partir desta conjuntura, verifica-se a necessidade da inclusão desta parcela significada de cidadãos, e a educação é a via para incluir todos de forma plena e consciente na sociedade, pois “a educação escolar passa a ter um papel fundamental na formação dos indivíduos para exercerem funções no sistema produtivo social” (OLIVEIRA, 2016, p. 125).

Destaca-se então a educação profissional tecnológica como modalidade de ensino relevante para garantir a inclusão de pessoas com deficiência no mercado, pois o trabalho é um meio de inserção, contribuindo para que a pessoa com deficiência tenha sua identidade social, ademais de acordo com Mendes (2004, p. 106):

através do trabalho o indivíduo com deficiência pode demonstrar suas potencialidades e competências e construir uma vida mais independente e autônoma. Consequentemente, o trabalho exerce também um efeito reabilitador, na medida em que contribui para o aumento da auto-estima e nível de ajustamento pessoal.

Outrossim, além da questão da identidade do trabalhador e da sobrevivência garantidas pelo emprego, segundo Morin (2011, p. 47) “o homem somente se realiza plenamente como ser humano pela cultura e na cultura”, e esta interação é potencialmente desenvolvida pela educação e hoje também pelo uso das tecnologias.

Com e sem as tecnologias de acordo com Morin (2011, p. 93) “as interações entre indivíduos produzem a sociedade, e esta retroage sobre os indivíduos. A cultura, no sentido genérico, emerge destas interações, reúne-as e confere-lhes valor” e, portanto, “os cidadãos produzem a democracia, que produz cidadãos” (MORIN, 2011, p. 94), verifica-se então a importância da educação profissional tecnológica na inclusão da pessoa com deficiência, pois fomenta a formação de uma identidade do deficiente no mercado de trabalho e na constituição política e participativa na sociedade.

Concomitantemente, tem-se que “o principal fator competitivo da atualidade é a capacidade de um indivíduo, uma empresa, um país transformar conhecimento

em inovação e, primordialmente, inovação tecnológica” (PETEROSSO, 2014, p.24-25) evidencia-se então a necessidade de uma formação de qualidade, pois “a capacitação profissional e o aprendizado tecnológico são mecanismos estratégicos para a inserção do Brasil no cenário econômico internacional” (PETEROSSO, 2014, p. 17), já que segundo Menino (2014, p. 30) “ a informação e o conhecimento passaram a ser elementos primordiais” com a globalização.

Por outro lado, Mantoan (2015, p. 21-22) ressalta que:

um novo paradigma do conhecimento está emergindo das interfaces e das novas conexões que se formam entre saberes outrora isolados e partidos e dos encontros da subjetividade humana com o cotidiano, o social, o cultural. Redes cada vez mais complexas de relações, geradas pela velocidade das comunicações e informações, estão rompendo as fronteiras das disciplinas e estabelecendo novos marcos de compreensão entre as pessoas e do mundo em que vivemos.

Com este contexto, tem-se ainda “o apelo social pelo compromisso desses cursos com uma ação socialmente produtiva e potencial para atender demandas por formação em serviço para setores produtivos específicos” (PETEROSSO, 2014, p.29).

Concomitantemente ao ensino técnico profissional tem-se a aprovação da lei n ° 8.213 de 24 de julho de 1991 cujo objetivo é promover a inclusão da pessoa com deficiência, estabelecendo uma cota de 2% a 5% das vagas de emprego para deficientes ou reabilitados pela previdência social nas empresas com 100 ou mais funcionários. O preenchimento da cota varia conforme a quantidade de funcionários da empresa, para empresas com até 200 funcionários contratação de 2% de deficientes ou reabilitados, para empresas de 201 a 500 funcionários, contratação de 3%, para empresas com quadro de 501 a 1000 funcionários 4% e para empresas com quadro acima de 1000 funcionários contratação de 5%.

Com a lei de cotas as empresas buscam então pessoas com deficiência habilitadas ao mercado e com os conhecimentos necessários para contribuir com o crescimento da companhia, desta forma, tem-se a educação técnica profissionalizante como fonte de profissionais bem preparados para o mercado de trabalho, já que de acordo com Peterossi (2005, p.104):

educar para e com as novas tecnologias de informação e comunicação significa capacitar pessoas com competências cada vez mais sofisticadas para bem avaliar e compreender todos os aspectos da vida em sociedade que afetam as pessoas.

Ainda conforme Peterossi (2005, p.105) “as novas tecnologias estão alterando a natureza do que é preciso aprender, de quem precisa aprender, de quem ensina e do como pode ser ensinado”, trazendo para a sala de aula o uso corrente e constante das tecnologias, e também alterando o papel do professor. Peterossi afirma que (2005, p.105):

O papel do professor não mais como provedor e controlador direto das informações e da aprendizagem, mas como planejador e gestor das estratégias adequadas e mediador entre todos os recursos disponíveis, é de uma complexidade ainda não totalmente compreendida e assumida, tanto no plano individual quanto no das políticas de formação inicial e continuada de professores.

Neste contexto de mudança de papel do docente e do uso das tecnologias, tem-se nas salas de aula o aluno com deficiência, implicando no surgimento de

tecnologias assistivas (TA) visando auxiliar o professor a potencializar a aprendizagem da pessoa com deficiência.

Segundo a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (BRASIL, 2009):

Tecnologia assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada, à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

A tecnologia assistiva compõe-se de uma gama de possibilidades de recursos a serem utilizados para potencializar a aprendizagem da pessoa com deficiência e segundo Barreto & Barreto (2014, p. 87) nesta gama estão inclusos produtos de baixa e alta tecnologia e que são “organizados ou classificados de acordo com os objetivos funcionais a que se destinam”.

Quanto as categorias de classificação tem-se: 1. **auxílios para a vida diária e vida prática** de acordo com Barreto e Barreto (2014, p. 88) compõem-se como materiais e produtos “que favorecem o desempenho autônomo e independente em tarefas rotineiras ou que facilitam o cuidado de pessoas em situação de dependência de auxílio”, são exemplos deste tipo de tecnologia: escova de dentes com adaptação para facilitar a apreensão, tesoura adaptada, telefones e talheres adaptados, suporte para copos, engrossador de lápis e de utensílios, estabilizador de punho com adaptador, suportes para livros e régua, virador de página, ponteira touchscreen, entre outros; 2. **auxílios para a comunicação aumentativa e alternativa (CAA)** que compõem-se de recursos que segundo Barreto & Barreto (2014, p. 88) “destina-se a atender pessoas sem fala ou escrita funcional ou em defasagem entre sua necessidade comunicativa e sua habilidade em falar e/ou escrever”, entre eles estão as pranchas de comunicação, vocalizadores, computadores com softwares específicos, teclados modificados, mouses especiais, acionadores diversos, softwares de reconhecimento de voz, ponteiras para digitação, dispositivos apontadores de cabeça, movimento de olhos, ondas cerebrais, órteses, softwares leitores de tela, softwares para ajustes de cores e tamanhos das informações, impressora braile, impressora em relevo, entre outros; 3. **sistemas de controle de ambiente**, que correspondem a controles remotos acionados de maneira direta ou indireta por acionadores permitindo a independência da pessoa com deficiência; 4. **projetos arquitetônicos para acessibilidade**, conforme Barreto & Barreto (2014, p. 93) “garantem acesso, funcionalidade e mobilidade a todas as pessoas, independentemente de sua condição física e sensorial”; 5. **órteses e próteses**, que auxiliam na postura, estabilização e/ou função de uma parte ou segmento do corpo; 6. **adequação postural**, trata-se garantir uma postura alinhada, estável, confortável e com a correta distribuição do peso corporal para a pessoa com deficiência; 7. **auxílios de mobilidade**, correspondem a bengalas, muletas, andadores, carrinhos adaptados, cadeiras de rodas, etc.; 8. **auxílios para qualificação da habilidade visual** e recursos que ampliam a informação a pessoas com baixa visão ou cegas, como: lupas, lentes, amplificadores ópticos, material gráfico com textura e relevos, software de reconhecimento óptico de caracteres, leitor autônomo; 9. **auxílios para pessoas com surdez ou com déficit auditivo**, como: infravermelho, FM, aparelhos para surdez, telefones com teclado-teletipo, sistemas com alerta tátil-visual, livros, textos e dicionários em língua de sinais, sistemas de legendas, etc.; 10. **mobilidade em veículos**, acessórios que permitam a condução, o embarque e

o desembarque da pessoa com deficiência; 11. **esporte e lazer**, correspondem aos recursos que auxiliam o desenvolvimento de práticas esportivas e de lazer, por exemplo a cadeira de rodas adaptada para o jogo de basquete.

Todos estes mecanismos, recursos, práticas e dispositivos são tecnologias assistivas a disposição da pessoa com deficiência para que esta possa realizar as atividades propostas pelo docente, assim como, desempenhar suas ações na sociedade e na empresa garantindo assim a inclusão total e efetiva.

Ressalta-se então a importância do conhecimento e da formação do professor no uso das tecnologias assistivas para o desenvolvimento de atividades que garantam a participação do aluno com deficiência, pois cabe ao docente propor o uso de novas tecnologias “com o objetivo de diversificar e qualificar o acesso ativo dos alunos às informações e também proporcionar a eles múltiplas formas de organizarem, expressarem e apresentarem os conhecimentos construídos” de acordo com Bersch (2017, p. 12).

Ainda segundo Calheiros, Mendes & Lourenço (2018, p. 239) “revela-se necessária a adoção de políticas públicas que promovam de forma equitativa o acesso aos recursos de TA como direito, seja na escola, em casa, no trabalho, em ambientes de lazer, como em quaisquer outros locais de interesse da pessoa com deficiência”.

3. Método

A pesquisa realizada possui enfoque qualitativo conforme perspectiva abordada por Sampieri, Collado e Lúcio (2013, p. 36), fundamentando-se “na compreensão e interpretação dos fenômenos, por meio das percepções e dos significados produzidos pelas experiências dos participantes”. Quanto aos fins, tem-se que adquiriu caráter exploratório, pois, conforme definido por Vergara (2016), trata-se de uma área em que há pouco conhecimento acumulado e sistematizado.

O objeto de estudo foi uma unidade de ensino técnico profissionalizante no interior do Estado de São Paulo que compõe uma rede com 223 Escolas Técnicas Estaduais distribuídas por 165 municípios paulistas, além de contar com classes descentralizadas.

A instituição no segundo semestre de 2018 possuía cerca de 208 mil alunos matriculados nos cursos técnicos e técnico integrado ao médio. São 101 cursos presenciais, 5 semipresenciais, 4 cursos técnicos online, 3 na modalidade aberta, 31 cursos técnicos integrados ao Ensino Médio e 6 cursos técnicos integrados ao Ensino Médio na modalidade EJA, bem como, a modalidade de Ensino Médio com Habilitação Técnica Profissional (17 cursos) e o Ensino Médio com Qualificação Profissional (3 opções de cursos).

Por compreender uma grande extensão no Estado de São Paulo a instituição gerencia suas unidades por Região Administrativa: Araçatuba, Baixada Santista, Barretos, Bauru, Campinas, Central, Franca, Itapeva, Marília, Metropolitana de São Paulo, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos e Sorocaba.

Criada por decreto-lei em 6 de outubro de 1969 sua história se mescla com a história do ensino técnico Profissionalizante do Estado de São Paulo.

Este artigo apresenta pesquisa realizada com os docentes de uma unidade de ensino técnico profissionalizante de Campinas, ressaltando a importância do estudo em função da necessidade de produzir conhecimento e disseminá-lo dado o pouco material existente a respeito do tema em nossa sociedade.

Trata-se da verificação do conhecimento dos docentes sobre o termo e o uso das tecnologias assistivas, no estágio atual de atendimento a pessoa com deficiência sem detalhar o tipo de deficiência.

A técnica utilizada para a coleta de dados foi o questionário, aplicado em 17 de junho de 2019.

A amostra é não probabilística por tipicidade, pois “é constituída pela seleção de elementos que o pesquisador considere representativos da população-alvo” de acordo com Vergara (2016) e foi constituída por 8 respondentes, docentes da unidade escolar pesquisada.

A fundamentação teórica foi realizada a partir de consulta bibliográfica contemplando análise quanto a relação entre as tecnologias assistivas, os docentes e o ambiente educativo.

4. Resultados e Discussão

Quanto ao resultado da aplicação dos questionários aos docentes do contingente de 8 respostas tem-se 12,5% de conhecimento do termo tecnologias assistivas pelo professor, 25% de conhecimento parcial e 62,5% de desconhecimento quanto ao termo tecnologias assistivas.

Do total de respostas 25% dos professores comentaram sobre seus conhecimentos de tecnologias assistivas disponíveis no mercado.

Ao questionar sobre treinamentos de tecnologias assistivas 87,5% dos docentes sinalizaram a falta de treinamento e 12,5% confirmaram a participação.

Concomitantemente ao questionar os docentes se ministram ou ministraram aulas para pessoa com deficiência obtém-se o resultado 62,5%.

Percebe-se a partir dos dados acima que os docentes desconhecem o termo tecnologias assistivas, não participaram de treinamento sobre o assunto, no entanto, possuem alunos com deficiência em sala de aula, denota-se então a falta de preparo do docente para lidar com a situação, segundo Calheiros, Mendes & Lourenço (2018, p. 239)

Modelos de formação de professores e dos demais profissionais envolvidos nas diversas ações junto ao público-alvo da Educação Especial devem ser repensados, no intuito de que esses profissionais possam conhecer o recurso de TA e fazê-lo atingir o seu objetivo na garantia de ampliação de funcionalidade e participação social do sujeito, por todo o seu curso de vida.

Calheiros, Mendes & Lourenço (2018, p. 237) salientam ainda que:

Os sistemas formativos devem permitir ao professor ser um personagem mais ativo em seu processo de formação, para que dialogue com os seus pares e com profissionais de outras áreas do conhecimento, no intuito de identificar e buscar estratégias para equacionar os problemas que emergem das situações cotidianas do processo de ensino-aprendizagem

Cabe ressaltar segundo Mantoan (2015, p. 16) que:

a perspectiva de formar uma nova geração dentro de um projeto educacional inclusivo é fruto do exercício diário da cooperação, da colaboração, da convivência, do reconhecimento e do valor das diferenças, que marcam a multiplicidade, a natureza mutante de todos nós.

Neste sentido cumpre evidenciar que o conhecimento do termo tecnologias assistivas, bem como, o uso adequado das tecnologias para o auxílio a aprendizagem significativa pelos docentes possibilita a inclusão da pessoa com deficiência na educação.

5. Considerações finais

De acordo com Farias (2015, p. 17) “para entendermos melhor a relação entre a arte de ensinar, a técnica e o trabalho, podemos sintetizar o ensino técnico como a revolução na adequação da educação à tecnologia e à qualificação profissional para o mercado de trabalho”.

Ressalta-se então a importância do ensino técnico profissionalizante para a sociedade e também como forma de inclusão efetiva da pessoa com deficiência, pois além de fomentar uma identidade social, respeito, integração e sobrevivência, também possibilita o desenvolvimento de uma cultura voltada ao mercado e a inserção.

Neste contexto os docentes possuem papel fundamental e seu conhecimento em lidar com as tecnologias assistivas possibilita o desenvolvimento de autonomia, independência e empoderamento à pessoa com deficiência.

A pesquisa realizada denota que embora o termo tecnologias assistivas seja conhecido no Brasil desde 1998 e as tecnologias terem contribuído para romper barreiras sensoriais, motoras e/ou cognitivas que impedem que a pessoa com deficiência possa desenvolver todos o seu potencial, os docentes participantes do estudo desconhecem o termo e seu uso.

A sensibilização destes profissionais quanto ao conceito e propósitos de uso das novas tecnologias assistivas no âmbito escolar manifesta-se então como uma possibilidade de integração dos diversos saberes que compõem a docência técnica e contribuem para fomentar o mercado com mão de obra qualificada e fornecer os meios necessários para a inclusão da pessoa com deficiência.

Conforme Sasaki (2010, p. 40) a inclusão social:

é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário, e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também da própria pessoa com deficiência.

Salienta-se então a necessidade de uma mudança de postura da sociedade em geral, pois as transformações estão sendo feitas e a inclusão vai se fortalecendo pouco a pouco, no entanto, os docentes participantes do estudo estão em descompasso com a velocidade das mudanças e precisam se preparar, conhecer o termo tecnologias assistivas, seu propósito, seus usos.

Corroborando, tem-se as considerações de Barreto & Barreto (2014) salientando que:

incluir pessoas com deficiência na escola não significa apenas inseri-la no contexto de sala de aula, adaptar objetos, algumas atividades ou dar mais tempo. A inclusão deve estar alicerçada em uma pedagogia de projetos na qual tenham lugar atividades que possam ser desenvolvidas coletivamente, de maneira que as dificuldades sejam diluídas e superadas pela qualidade de solicitação do meio, pela ajuda do professor e cooperação dos colegas não deficientes.

Portanto, cabe ao professor conhecer os recursos disponíveis no mercado para potencializar seu uso em sala de aula, tendo inclusive como respaldo as diretrizes institucionais.

Por tratar-se de um estudo preliminar de caráter exploratório, afere-se que o artigo retrata percepções introdutórias sobre a temática abordada, deste modo, sugere-se a possibilidade de novas pesquisas acadêmicas e estudos sobre os resultados apresentados visando ampliar o escopo e ao mesmo tempo apresentar alternativas de ação.

Referências

BARRETO, Maria Angela de Oliveira Champion & BARRETO, Flávia de Oliveira Champion. **Educação inclusiva: contexto social e histórico, análise das deficiências e uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2014.

BERSCH, Rita. Introdução à tecnologia assistiva. 2017. Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf>. Acesso em 21 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em 21 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em 21 jun. 2019.

Brasil. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas Tecnologia Assistiva. Disponível em: <<https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-tecnologia-assistiva.pdf>>. Acesso em 21 jun. 2019.

Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência / Luiza Maria Borges Oliveira / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência. Disponível em: <<https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em 21 jun. 2019.

FARIAS, Elizabete B. **Um olhar para o ensino técnico: o ensino profissionalizante e a educação no Brasil**. São Paulo: Porto de Ideias, 2015.

IBGE. Pessoas com deficiência: adaptando espaços e atitudes. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/16794-pessoas-com-deficiencia-adaptando-espacos-e-atitudes>>. Acesso em 21 jun. 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** 1 reimpressão. São Paulo: Summus, 2015

MANTOAN, Maria Teresa Égler & SANTOS, Maria Terezinha Teixeira dos. **Atendimento educacional especializado: políticas públicas e gestão nos municípios**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2010.

MENDES, Enicéia Gonçalves et al. Estado da arte das pesquisas sobre profissionalização do portador de deficiência. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p. 105-118, 2004. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2004000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 jun. 2019.

CALHEIROS, David dos Santos; MENDES, Enicéia Gonçalves; LOURENÇO, Gersa Ferreira. Considerações acerca da tecnologia assistiva no cenário educacional brasileiro. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, p. 229-244, mar. 2018. ISSN 1984-686X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/18825>>. Acesso em: 22 jun. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.5902/1984686X18825>.

MENINO, Sergio Eugenio. **Educação Profissional e Tecnológica na Sociedade do Conhecimento**. 1. ed. São Paulo: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 2014 (Coleção Fundamentos e Práticas em Educação Profissional e Tecnológica, v.2).

MORIN, Edgar. **Os sete saberes para a educação do futuro**. 2. ed rev. São PAULO: Cortez: Brasília, DF: UNESCO, 2011.

PETEROSSO, Helena Gemignani & MENESES, João Gualberto de Carvalho. **Revisitando o saber e o fazer docente**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

PETEROSSO, Helena Gemignani. **Subsídios ao estudo da Educação Profissional e Tecnológica**. 2. ed. São Paulo: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 2014 (Coleção Fundamentos e Práticas em Educação Profissional e Tecnológica, v.1).

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno. **Epistemologia e Educação**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

SAMPIERI, H. R.; COLLADO, C. F.; LUCIO M. P.B. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Penso Editora, 2013.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos**. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

VALLE, Aline de Souza Vasconcellos do. **A reinvenção do cotidiano escolar: percepções de docentes de turmas regulares sobre a inclusão** In: RODRIGUES, Irene Elias. (Org.). *Educação Inclusiva: Um desafio para o século XXI*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 15-31.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2016.